



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso por ocasião da cerimônia de assinatura da Mensagem que envia o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares ao exame do Congresso Nacional.

BRASÍLIA, DF, 20 DE JUNHO DE 1997

Quero agradecer a presença de todos nesta cerimônia.

Este é um momento importante nas relações internacionais do Brasil.

Por meio desta mensagem, estou solicitando formalmente ao Congresso Nacional a autorização para que o Brasil ingresse no Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Assim, estamos dando mais um exemplo do nosso compromisso com o desarmamento e a não proliferação e mais um passo para fortalecer as credências do Brasil na política internacional contemporânea.

Esta é, de certa forma, a conclusão de um processo iniciado pela sociedade brasileira e consagrado na Constituição de 1988. Nela está refletido fielmente o sentimento popular de rejeição à bomba atômica e de defesa da convivência pacífica entre as nações.

Está madura há algum tempo no Brasil a consciência de que a aquisição da arma nuclear não corresponde aos interesses nacionais, não atende aos valores da cidadania e não tem espaço no bom entendimento que mantemos com nossos vizinhos latino-americanos e com nossos demais parceiros internacionais.

Por isso o Brasil vem adotando, nos últimos anos, uma série de medidas que traduzem, no plano internacional, o compromisso assumido na Constituição.

Junto com a Argentina, e a partir do programa de ação exposto na Declaração de Foz de Iguaçu, o Brasil renunciou ao desenvolvimento do artefato nuclear explosivo, criou um sistema de inspeção bilateral; aderiu plenamente ao Tratado de Tlatelolco, que estabelece uma zona livre de armas nucleares na América Latina; e negociou um acordo comum de salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Graças a iniciativas como essas, a América do Sul é hoje vista como uma área estável, democrática e pacífica, empenhada em resolver problemas sociais prioritários. Deixamos de lado rivalidades estéreis e ambições descabidas.

Todos os acordos que assinamos na área nuclear foram intensamente debatidos e examinados pelo Legislativo. Nenhuma medida foi adotada sem que o Congresso Nacional estivesse convencido de que correspondia ao interesse do País.

Em todos os casos a conclusão foi a mesma: o compromisso com o uso pacífico da energia nuclear projeta a imagem do Brasil, aumenta nossa influência nas grandes questões internacionais e facilita a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

Os acordos assinados até aqui são uma garantia juridicamente perfeita de que o Brasil não desenvolverá a arma nuclear.

Senhoras e Senhores, a questão que se apresentava naturalmente ao Governo dizia respeito precisamente a deixar ainda mais claros os nossos compromissos com o desarmamento e a não-proliferação nucleares, aderindo ao TNP.

A conclusão foi afirmativa. E nós chegamos a ela após uma cuidadosa reflexão no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Queria compartilhar com os senhores e com o País algo dessas reflexões.

Muito mudou desde o fim da Guerra Fria. O mundo de hoje é fundamentalmente diferente do que era há trinta anos. Há uma convergência cada vez maior sobre os objetivos do desarmamento e da não-proliferação nucleares.

O Brasil quer inserir-se ativamente nesse processo. Era tempo de reavaliar, com pragmatismo e serenidade, a posição brasileira frente ao TNP. Era tempo de decidirmos influenciar o processo de dentro. Não podíamos mais permanecer de fora, isolados e imobilizados.

Sabemos que o TNP por si só não representa uma solução definitiva para o problema da arma nuclear.

Ele foi concebido, no final dos anos sessenta, como uma solução provisória. Os países não-nucleares prometeram facilitar o intercâmbio de tecnologia nuclear para fins pacíficos e negociar o desarmamento nuclear.

Muitos países, inclusive o Brasil, mantiveram inicialmente uma atitude crítica em relação ao TNP, por considerar discriminatórios os termos do Tratado. Era uma crítica essencialmente correta, sobretudo porque a corrida armamentista nuclear representava um descumprimento das obrigações das potências nucleares.

Mas isso também está mudando. Assistimos atualmente a uma inversão da corrida armamentista. Os acordos de redução de armas nucleares entre os Estados Unidos e a Rússia prevêem, pela primeira vez, cortes significativos, que já vêm sendo implementados. Esses cortes deveriam ser ainda mais rápidos e envolver as cinco potências nucleares. Mas pelo menos o sentido do processo agora é o correto. E o próprio processo tem gerado uma pressão adicional da opinião pública mundial em favor do desarmamento completo.

A bomba atômica vem perdendo legitimidade jurídica e importância política. Antes, a arma nuclear estava no centro do planejamento militar das superpotências. Pensava-se que a bomba era necessária para alcançar a condição de potência.

Hoje, ao contrário, a bomba atômica é vista apenas como fonte de riscos, custos e incertezas. Mesmo nas potências nucleares, a opinião pública vem reconhecendo que a bomba apenas aumenta a insegurança.

Ao mesmo tempo, países não-nucleares, mas fortes em produção econômica e em comércio, com coesão social e estabilidade política, conquistaram grande influência nas relações internacionais.

Esses são fatores essenciais de poder no mundo de hoje: competitividade e coesão social. É para isso que devemos dirigir todos os nossos esforços.

A Corte Internacional de Justiça, o mais alto órgão judiciário internacional, determinou que há uma obrigação jurídica não apenas de negociar, como diz o TNP, mas de concluir o processo de desarmamento nuclear.

Por isso, ingressar no TNP não é uma manifestação de resignação com o armamentismo nuclear. Ao contrário, será mais uma contribuição do Brasil para a causa do desarmamento e da não-proliferação.

O TNP mudou, tornando-se mais universal, dinâmico e participativo. A partir de 1992, muitos países nele ingressaram, de forma que o TNP é hoje o tratado com maior aceitação internacional na História, num total de 185 membros, o mesmo número que a Carta da ONU. Todos os nossos vizinhos e todos os nossos principais parceiros internacionais são membros.

Só estão fora do Tratado cinco países. Destes, quatro alegam razões específicas, políticas ou de segurança, para não entrar. O quinto é o Brasil.

Nossa ausência não é compreendida. Pelo contrário, gera a perplexidade de nossos parceiros, até mesmo porque as críticas que fizemos aos aspectos discriminatórios do TNP são compartilhadas pela maioria dos membros do Tratado. E porque temos uma história de luta pelo desarmamento, que só poderemos prosseguir se pudermos influir nas discussões, participando integralmente delas.

O TNP deixou de ser um instrumento de validade temporária e teve sua vigência prorrogada indefinidamente. Seu caráter dinâmico foi reforçado. Estabeleceu-se uma lista de princípios e objetivos de não-proliferação e desarmamento nuclear e um mecanismo de exame e revisão semipermanente, pelo qual os membros verificam em conjunto o cumprimento dos objetivos do TNP.

O TNP é agora um foro ativo de desarmamento e não-proliferação, como manda o seu artigo VI. E pode ser um foro importante para o desenvolvimento da cooperação para usos pacíficos da energia nuclear, como especifica o seu artigo IV.

O Brasil, como não é membro, não pode participar desse processo, falar nesse foro, influenciá-lo. E isso não corresponde a seu peso e

papel no cenário internacional, nem, estou certo, ao desejo da sociedade brasileira.

Ausentando-se do Tratado, o Brasil nada ganha. Entrando, nada perde, até porque já assumimos compromissos de não-proliferação na Constituição de 1988 e em outros acordos.

Mas, ao ingressar no TNP, o Brasil pode ganhar muito, em termos de projeção internacional e participação em mecanismos de decisão. Estamos fortalecendo ainda mais as nossas credenciais e a nossa credibilidade.

Temos de renovar e fortalecer constantemente nosso compromisso com o desarmamento e a não-proliferação em todos os campos, especialmente no nuclear.

Vamos continuar a trabalhar pelo desarmamento geral e completo, em bases de equilíbrio e segurança. Vamos fazê-lo dentro do Tratado, atuando para corrigir seus desequilíbrios, ao lado de nossos principais parceiros.

É o que se espera de um membro responsável da comunidade internacional. É o que se impõe a um país que, como o Brasil, quer dar uma contribuição relevante para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Não é uma questão de governo. É uma questão de Estado.

E é, sobretudo, o que deseja a sociedade brasileira.

Por isso, o Governo tomou hoje a iniciativa de propor o ingresso do Brasil no TNP e espera aprovação pelo Congresso Nacional. E, por essa razão, acabo de encaminhar esta mensagem por intermédio do Senador Antônio Carlos Magalhães, que é o Presidente do Congresso, diante do Presidente da Câmara dos Deputados, e, juntamente com a mensagem, estamos enviando o texto do Tratado em português. Tenho a certeza de que a aspiração do Brasil será expressa por decisões do Congresso, pela aprovação desse passo significativo que nós estamos dando, porque, como acabei de expor, ele revela uma continuidade, e não uma ruptura.

Se nós não assinamos antes, foi porque não queríamos a discriminação e queríamos o desarmamento. Se nós assinamos agora, continuamos não aceitando a discriminação, mas continuamos, ainda com mais força, querendo o desarmamento nuclear completo e que, portanto, alcance as potências nucleares e aquelas potências que ainda não são

confessadamente nucleares, mas que todos sabemos que têm nos seus arsenais artefatos que, com muita facilidade, se transformam em artefatos nucleares.

Nós, do Brasil, nós, aqui, neste rincão do mundo, na América do Sul, temos a grande satisfação de dizer que não nos move nenhum instinto belicoso e menos ainda nuclear. E já constituímos uma zona não-nuclearizada. Queremos estender, o que é nossa expectativa, a todo o planeta a segurança que nos traz o fato de vivermos em paz, com sociedades que são democráticas e que querem afastar, para todo o sempre, a ameaça de um holocausto nuclear.

Muito obrigado.